



UEVP

Union Européenne des Vétérinaires Praticiens
Union of European Veterinary Practitioners



PROMOVENDO A LIDERANÇA DA CLASSE MÉDICO VETERINÁRIA RELATIVAMENTE AO CONTROLO DOS CÃES ERRANTES NA EUROPA

“TODOS OS CÃES MERECEM UM DONO DEDICADO”: A PERSPECTIVA MÉDICO VETERINÁRIA RELATIVAMENTE AO MANEIO DOS CÃES ERRANTES

FECAVA, a Federação Europeia de Associações de Médicos Veterinários de Animais de Companhia

UEVP, a União de Médicos Veterinários Europeus e

FVE, a Federação de Veterinários da Europa

CONSIDERANDO QUE

- Em várias regiões europeias, em áreas urbanas e rurais, existe um grande número de cães errantes. Ainda que sejam designados, de uma forma global, “cães errantes”¹, podem ser identificadas categorias distintas, como sejam cães com proprietário, cães sem dono, cães abandonados pelo proprietário, cães que nunca foram detidos por humanos, etc.
- Estes cães errantes podem representar risco grave para a saúde e o bem-estar animal, bem como para a saúde pública e bem-estar humano.
- Existe um grande número de agentes patogénicos, dependentes da região e habitat em questão, que podem ser transportados e transmitidos a outros animais e aos seres humanos. As doenças que podem ser disseminadas desta forma podem variar desde doenças relativamente benignas que podem passar despercebidas, até processos crónicos graves (ex. echinococose) e doenças fatais (ex. raiva!).
- Os cães errantes podem ser agressivos e atacar outros animais, incluindo animais de criação, e pessoas. Adicionalmente, os animais errantes estão, frequentemente, envolvidos em acidentes de viação.

¹ Cão errante: não existe nenhuma definição oficial de cão errante. A definição utilizada pela OIE é: Cão errante significa qualquer cão que não esteja sob o controlo directo de nenhuma pessoa e não seja impedido de deambular. Existem três tipos de cães errantes: cães com proprietário, sem controlo directo nem impedidos de deambular em determinado momento, cães sem proprietário, livres para deambular e cães ferais – cães domésticos que reverteram ao estado silvestre e não dependem directamente dos humanos para a sua reprodução bem sucedida.

- A saúde e bem-estar animais podem ser gravemente afectados, directamente quando os próprios animais errantes vivem sob condições precárias (ex. fome, processos dermatológicos crónicos, ausência de abrigo, etc), e indirectamente, quando são aplicadas medidas inadequadas de controlo populacional de cães (ex. abate a tiro, envenenamento, manipulação desumana). A saúde e bem-estar de outros animais, como sejam pequenos ruminantes, pode ser posta em risco pelos ataques efectuados por cães errantes.
- Existem diversas razões subjacentes ao número elevado de cães errantes. Motivos culturais e sócio-económicos, conhecimento e compreensão insuficientes das medidas de prevenção e controlo adequado, falha na comunicação e coordenação entre os responsáveis pelos abrigos e os decisores, entre muitos outros.
- A forma como o problema dos cães errantes é gerida varia muito. A nível da União Europeia não existe nenhuma rede legal nem *guidelines*. As decisões relativas à legislação e medidas de punição a aplicar são da competência dos Estados Membros. Na maioria dos países, o assunto é tratado a nível municipal, muitas vezes sem que haja uma coordenação adequada intra e entre municípios.
- A Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE) reconhece, no capítulo 7.7 do Código de Saúde dos Animais Terrestres² reconhece a importância de controlar as populações de cães sem que seja causado sofrimento animal desnecessário e proporciona recomendações para a prevenção de zoonoses e controlo da população canina.
- Embora ainda de forma limitada, está a crescer a evidência baseada no conhecimento e compreensão das melhores práticas de manejo da população canina no terreno.
- Para além do conhecimento profissional, ligado a um juramento profissional, e trabalhando em conformidade com um código de conduta e de Boas Práticas médico veterinárias, autorizado e supervisionado pelas autoridades competentes (autoridade veterinária oficial), o médico veterinário tem um papel importante a executar na prevenção e controlo da problemática dos cães errantes. Os médicos veterinários têm capacidade para contribuir para a prevenção e controlo dos cães errantes, em diferentes posições e a muitos níveis – por exemplo, como clínico, autoridade oficial, consultor político, investigador, professor, etc.
- A profissão veterinária na Europa, representada neste documento pela FVE, UEVP e FECAVA, preocupa-se com os animais e as pessoas. Os veterinários zelam, continuamente, pela promoção da saúde e bem-estar dos animais, bem como pela saúde pública.

RECOMENDAÇÕES

- Uma abordagem a longo prazo, integrada e compreensiva, direccionada ao manejo das populações existentes e na prevenção do aparecimento de novos cães errantes. A eficácia³ desta abordagem integrada depende de uma boa coordenação entre todas as iniciativas e medidas adoptadas. Boa colaboração e comunicação entre todos os intervenientes.
- A abordagem integrada deve ser adaptada à situação local, levando em consideração as diferenças culturais e sociais. É indispensável uma abordagem que envolva a participação da comunidade local.

² http://www.oie.int/index.php?id=169&L=0&htmfile=chapitre_aw_stray_dog.htm de 19 Fevereiro 2015

³ Documento ICAM orientador: *A Guide to Monitoring and Evaluating Dog Population Management Interventions 'Are we making a difference'*

1. Educação relativamente à detenção responsável

As medidas preventivas para evitar que novos animais sejam abandonados são cruciais. A Detenção Responsável, da forma como é promovida pelo projecto *Carodog*⁴, tem como objectivo manter um nível adequado de saúde e bem-estar animal, controlar a reprodução, maximizar os benefícios físicos e psicológicos para humanos e animais e minimizar o risco potencial que os animais de estimação podem representar para o público, para outros animais ou para o ambiente.

A Detenção Responsável deve ser encorajada mediante a educação, incentivos e/ou legislação. Deverá ser abrangida pela legislação nacional e europeia e implementada juntamente com a regulamentação da reprodução e comércio (também pela Internet) de animais de companhia. A harmonização no interior da União Europeia e a colaboração íntima das Autoridade dos Estados Membros seria muito útil para restringir o número de animais errantes em determinado país.

A educação do público – tanto de crianças como adultos – relativamente à detenção responsável é fulcral. As campanhas para a detecção responsável deveriam tornar-se parte integrante da educação primária, estabelecendo uma solução a longo prazo para o problema, na qual idealmente não haveria necessidade de abrigos para animais abandonados e todos os animais de companhia teriam um proprietário responsável. A educação deverá levar em consideração a existência de diferenças culturais.

2. Identificação permanente e registo obrigatórios

É essencial a identificação permanente e registo obrigatório de todos os cães no espaço europeu, para permitir o controlo da população canina. É necessário existir uma base de dados central ou melhorar a troca de informação entre as bases de dados já existentes. Actualmente, o uso de *microchips* proporciona a maior vantagem para a existência de um sistema pan-europeu, pelo que a aplicação deste tipo de identificador electrónico constitui o método de primeira escolha.

3. Garantir o estado higiossanitário dos animais sem proprietário

Deve ser garantida a vacinação, por exemplo contra a raiva e outras doenças importantes, bem como o tratamento anti-parasitário de todos os animais, por exemplo contra *Echinococcus*; tal constitui parte integrante dos princípios de detenção responsável. As autoridades devem garantir a saúde do público e de outros animais domésticos através da implementação de planos de saúde para cães errantes, adequados à situação epidemiológica da região.

4. Estabelecimento de padrões de qualidade mínimos para os abrigos de animais

Todos os abrigos devem cumprir requisitos mínimos (ver *Shelter Quality*⁵) e devem ser registados e inspeccionados regularmente pela autoridade competente. O pessoal e voluntários que trabalhem directamente com os animais devem ter um nível de treino adequado para o cumprimento das suas tarefas, sem pôr em risco os animais nem eles próprios. Os abrigos deverão ter contrato com um veterinário responsável para proporcionar aconselhamento veterinário e cuidados regulares aos animais do abrigo. Todos os cães e gatos que entrem no

⁴ www.carodog.eu

⁵ Shelter Quality, Welfare Assessment protocol for shelter animals, S. Barnard, C. Pedernera, A. Velarde, P. Dalla Villa

abrigo devem ser submetidos a exame de estado geral, aplicação de identificação electrónica, esterilização, tratamento anti-parasitário e vacinação contra os agentes relevantes na região. Nos casos em que a saúde e bem-estar do animal, de outros animais ou pessoas estejam gravemente comprometidos, deve ser considerada a eutanásia, por exemplo no caso de risco zoonótico grave ou outros, ou sempre que seja considerado impossível garantir a saúde e bem-estar do animal e proporcionar-lhe uma qualidade de vida mínima (exemplos incluem raiva, agressividade inadequada, doenças incuráveis, retenção a longo prazo em instalações inadequadas, etc). A eutanásia deve ser efectuada por um médico veterinário e em conformidade com as linhas de orientação aceites internacionalmente, como sejam as que constam do *World Animal Protection's "Métodos para eutanásia de cães e gatos: comparação e recomendações"*⁶

5. Adopção

Deve ser promovida e facilitada a adopção de animais no interior do país. Deve ser tomado cuidado com a adopção transfronteiriça. Considerando a disseminação potencial de zoonoses, outras doenças infecciosas e/ou parasitárias e problemas comportamentais, a adopção transfronteiriça deve ser evitada ou sujeita a garantias de saúde suficientes e só deve ser efectuada sob supervisão veterinária, com cumprimento dos requisitos de preenchimento do Passaporte do Animal de Estimação⁷. Antes de proceder a qualquer tipo de adopção transfronteiriça, deve ser efectuada uma análise de risco relativamente a zoonoses, saúde animal e implicações comportamentais.

6. Captura, esterilização, vacinação e libertação

Nas fases iniciais de um programa de controlo da população canina ou nas situações em que a capacidade dos abrigos para a detenção de animais errantes seja limitada, pode ser considerada a aplicação de medidas de controlo temporário para prevenir o crescimento da população. O programa captura – esterilização – vacinação - libertação tem sido aplicado com sucesso em determinadas regiões, mas pode não ter resultados adequados noutras. Deve ser sempre considerado relativamente à situação local e submetido a avaliação da eficácia⁸.

Os animais devem ser capturados através de processos humanos, levados a cabo por profissionais devidamente treinados e dedicados. Os médicos veterinários devem examinar, vacinar e esterilizar os animais exercendo um nível mínimo de stress e aplicando protocolos de anestesia e analgesia adequados. Os animais só devem ser libertados quando estiverem suficientemente recuperados do procedimento. Deve ser tomado o cuidado necessário para não criar um problema de bem-estar durante o programa.

CHAMADA A:

➤ Organizações veterinárias na Europa

- A instituir e a envolver-se activamente para solucionar o problema dos cães errantes

⁶ <http://www.icam-coalition.org/downloads/Methods%20for%20the%20euthanasia%20of%20dogs%20and%20cats%20English.pdf>

⁷ http://ec.europa.eu/food/animal/liveanimals/pets/pet-regulation_20141229_en.htm

⁸ Ver protocolo de avaliação TNR de H. Bacon

- A ter um papel activo na vigilância epidemiológica, uma vez que os clínicos privados poderão ser os primeiros a observar um cão portador de doença de declaração obrigatória, como seja a raiva
 - A fomentar a comunicação com as outras partes envolvidas
 - A participar em campanhas de educação e alerta e a promover a detenção responsável de animais de estimação
 - A permanecer alerta para casos de crueldade e possível negligência animal e a levantar a voz contra medidas de controlo da população canina e outras iniciativas que possam comprometer a saúde e bem-estar animal
- **Políticos, legisladores e administradores**
- A proporcionar os meios e recursos suficientes para promover a detenção responsável e garantir um manejo sustentável da população canina, por exemplo financiando programas de esterilização
 - A emitir legislação relevante, como seja a identificação e registo obrigatório de todos os cães
 - A instituir medidas efectivas de controlo e reforço, em particular contra o comércio ilegal e crueldade contra cães
 - A evitar medidas *ad hoc* insustentáveis, especialmente as que vão contra o bem-estar dos animais (uso de armadilhas desumanas, alvejamento e envenenamento)
 - A garantir requisitos mínimos e inspecção regular aos abrigos para animais
 - A colaborar numa base regional e a partilhar as melhores práticas
 - A nível da União Europeia, a emitir uma Lei Comunitária para o Bem-Estar Animal, que inclua a temática dos animais de companhia
- **Donos e criadores de cães**
- A obter e manter os seus animais como detentor responsável
 - A ter os seus cães identificados e registados
 - A prevenir a reprodução descontrolada de cães
- **Educadores e investigadores**
- A promover a detenção responsável de animais de companhia
 - A alertar a população, começando pelas crianças, relativamente aos riscos associados aos cães errantes e a ensiná-los como evitar esses riscos⁹
 - A proporcionar novas recomendações com base científica para o controlo das populações de cães
- **Organizações não-governamentais (ONGs)**
- A estabelecer parceria com os serviços veterinários e os veterinários privados para alertar o público e explicar as razões do crescimento e a necessidade de controlar as populações de cães, bem como a educar o público relativamente à detenção responsável de cães
 - A contribuir para a obtenção de recursos de modo a contribuir de forma prática para o desenvolvimento e implementação bem sucedida de programas de controlo de cães
 - A proporcionar conhecimento relativamente à população canina local e as características da detenção de cães, bem como ensinar a forma adequada de manipular e manter cães em canis e implementar programas de esterilização.

⁹ Por exemplo, através do Projecto *Blue Dog*: <http://www.thebluedog.org/en>

Leitura adicional

- FECAVA: Federation of European Companion Animal Veterinary Associations
- FVE: Federation of Veterinarians of Europe
- Humane dog population management guidance 2007. International Companion Animal Management Coalition.
- School education
- CALLISTO Strategy report II Cycle
- Guidelines for Standards of Care in Animal Shelters – The Association of Shelter Veterinarians (ASV)
- Shelter Quality: Welfare Assessment Protocol for Shelter Dogs
- Pesavento PA₁ et al (2014) Common and emerging infectious diseases in the animal shelter. Vet Pathol. 2014 Mar; 51 (2):478-91. doi: 10.1177/0300985813511129. Epub 2013 Nov 21.
- Cleaveland S et al (2014) The changing landscape of rabies epidemiology and control.
- Onderstepoort J Vet Res. 2014 Apr 23;81 (2):E1-8. doi: 10.4102/ojvr.v81i2.731.
- Rupprecht CE et al, Control and prevention of rabies in animals: paradigm shifts. Dev Biol (Basel). 2006; 125:103-11.
- Council of Europe –European Convention for the Protection of Pet Animals
- OIE guidelines on stray dog population control
- European Commission – conclusions first European conference on companion animals